



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 76

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 14-05-2001

Aos quatorze dias do mês de Maio do ano dois mil e um, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Junior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, João Coelho Gonçalves, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Luís Miguel Capão Filipe, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

Álvaro Patrício do Bem, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madail da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Manuel Simões Madail, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges, Domingos José Barreto Cerqueira e José da Cruz Costa.

Seguidamente o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário um “Período de Antes da Ordem do Dia”, solicitado pela vogal Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa da bancada do PPD/PSD, não se verificando oposição.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia:

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

(Entretanto, entraram na sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Manuel Júlio Braga Alves).

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

(Entretanto, entraram na sala os Vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Ventura Martins).

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara.

Membros da Assembleia:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Seguidamente o Presidente da Mesa deu continuidade à “ordem de trabalhos” prevista para esta Sessão.

PONTO N.º 6 – ALIENAÇÃO DE TERRENO NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DO CENTRO – PROTOCOLO COM A ARTIBUS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 15/03/2001, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução do assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário. ▲

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos atinentes às intervenções efectuadas.

B

Membros da Assembleia:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Presidente. Senhoras Deputados. Apesar dos atrasos na elaboração e aprovação do Plano de Pormenor do Centro, mesmo assim não foi possível evitar que já quando decorre a fase de inquérito público, se discutam alterações àquilo que foi recentemente desenhado. Na prática já estão a rever o que ainda não foi aprovado.

É necessário um gesto de protesto contra aquilo que a câmara afirmou – aquilo ser a sua opção de ir fazendo a cidade, ou se quiserem, o concelho, sem planos assumidos, sem uma estratégia definida e pretendendo que o plano, acompanhe, não algo que trace um caminho antes do caminho feito, mas uma espécie de filme ou de fotografia daquilo que já está realizado. Isto tanto vale, para o plano de pormenor do centro como para outras peças de planeamento, como é o caso do plano de urbanização que está há anos nas mãos da câmara e que a câmara vai sucessivamente problematizando alguns aspectos, mas sem nunca concluir - consequências que consideramos gravosas para o concelho. Por exemplo, das trezentas e cinquenta fichas de levantamento de património concelhio, quantas dessas fichas feitas à cerca de quatro anos, não serão já para deitar para o lixo, porque o património, entretanto, foi deitado a baixo – como exemplo, digo, que nessas fichas de património estava como edifício de interesse a casa de Severim Duarte. Portanto, quantas dessas fichas durante esses quatro anos, não serão para deitar para o lixo.

Um gesto de protesto também, contra a suspensão parcial do PDM, sem uma consulta prévia à Assembleia Municipal. Ora, não tendo sido demonstrado qualquer interesse social relevante para que este processo fosse justificado numa forma acelerada, que aqui se pretende. Não vendo inclusive, qual o prejuízo que pode advir para o concelho, de eventualmente a câmara ficar compradora do resto do lote, em vez de vendedora da sua parte; uma câmara com tanto desafio, com tanta facilidade, com certeza que não terá problemas em ficar compradora em vez de vendedora, porque com certeza, ficando dona do lote, todo o lote acabará por realizar mais valias com isso. Portanto, também por aí não vejo nenhuma razão especial. Por tudo isto, é evidente que (nesta matéria), vou votar contra. E isto fica já como declaração de voto prévia, é escusado depois repeti-la”.

(Entretanto, saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos tidos por convenientes.

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 6 – Alienação de terreno na área do Plano de Pormenor do Centro – protocolo com a Artibus, sendo o mesmo aprovado por maioria de quinze votos a favor (PS11+PP4), cinco abstenções (PS1+PSD3+PP1) e nove votos contra (PSD6+PP2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):

“Dos vogais da bancada do PSD que votaram contra, gostaria de fazer a seguinte declaração de voto: não teve a Câmara Municipal e Aveiro a capacidade para demonstrar a urgência da operação que aqui propõe; não teve a Câmara Municipal de Aveiro a capacidade para demonstrar que esta fosse a melhor solução para a zona de que estamos a falar. Correndo-se o risco, ainda por cima (e parafraseando aquilo que disse a senhora deputada Teresa Fidélis na última reunião), de um destes dias nós aprovarmos o Plano de Pormenor do Centro ao mesmo tempo que aprovamos o seu relatório. Como o senhor deputado António Salavessa há bocadinho disse, a bancada do PSD não pode deixar de votar contra a proposta apresentada”.

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“Muito rapidamente, apenas para dizer, que não tem a Câmara Municipal de Aveiro, qualquer interesse em fazer as coisas numa forma diferente daquela que hoje aqui foi claramente denunciada. Isto é, não tem, nem quer, a Câmara Municipal de Aveiro e o seu Executivo, trabalhar com esta Assembleia, legítima representante fiscal (mandatada por Aveiro e pelas suas gentes), da actividade do município, não tem importância dizia, a Câmara Municipal de Aveiro, qualquer interesse nem intenção, de alterar a sua postura nomeadamente naquilo que diz respeito à estratégia de intervenção urbanística e de planeamento na cidade. Não sendo assim, declaro que votei contra, porque muito mais do que apreciar a valia do negócio, aprecio que se sigam as regras do princípio e do respeito pela democracia que sempre regeu esta terra e do respeito pelos eleitores que merecem serem tratados de outra forma”.

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS):

“Gostava de dizer que me abstive, não porque não faça total confiança na Câmara de Aveiro e na razão pela qual nos trouxe hoje esta proposta, mas porque não sendo necessário o meu voto favorável, desta forma exprimi algum grau de censura por alguns aspectos de intervenções anteriores com as quais concordo. Isto é, não vejo como não vi (e como outros não viram aqui), nem tenho qualquer problema em, para dar a prioridade e a urgência necessária a certas obras, não vejo qualquer problema em votar favoravelmente. Porém, desta vez estava tudo um pouco mal explicado, e nessas circunstâncias (mal redigido também), apenas para exemplo e para a próxima quando nos pedirem que aprovemos parcelarmente o que vamos fazer com certeza noutras propostas da mesma natureza, contendo futuros planos de pormenor, o façam com o maior cuidado para não se correrem riscos de atraso no desenvolvimento de Aveiro”.

O Presidente da Mesa deu por encerrado este ponto da “ordem de trabalhos”, dando de seguida nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Deu ainda conhecimento de um ofício enviado pela Câmara Municipal de Aveiro, a solicitar a constituição de uma “Comissão Local de Acompanhamento do Programa Polis”. Comissão que deverá ser constituída por um membro de cada bancada, a indicar pelos líderes.

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, João Coelho Gonçalves, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim

António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

Álvaro Patrício do Bem, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madail da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores José da Cruz Costa e Jaime Simões Borges.

PONTO N.º 7 – CONSTRUÇÃO DO NOVO PARQUE DE MANOBRAS DA DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO – PERMUTA DE TERRENOS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 22/03/2001, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução do assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

(Entretanto, entrou na sala a Vogal Maria João Santos Pais).

Vogal João Barbosa (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos atinentes às intervenções efectuadas.

(Entretanto, entrou na sala o Vogal Ventura Martins e saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira).

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 7 – Construção do novo Parque de Manobras da Direcção Geral de Viação – Permuta de Terrenos, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e nove votos a favor (PS12+PSD9+PP7+PCP1) e uma abstenção (PP1).

PONTO N.º 8 – ACESSIBILIDADES A AVEIRO.

O Presidente da Mesa, deu a palavra ao Vogal Luís Miguel Capão Filipe, para fazer uma breve apresentação do assunto em epígrafe, apresentado o mesmo uma proposta de deliberação atinente ao assunto em discussão.

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)
Vogal António Salavessa (PCP)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)
Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)
Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

D

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa
Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)
Vogal Raúl Martins (PS)

Seguidamente o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, a fim de se elaborar um texto consensual, decorrente da discussão do ponto n.º 8 - Acessibilidades a Aveiro.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa leu a proposta de deliberação, do seguinte teor:

«Proposta de Deliberação - Considerando que, os concelhos que integram o Distrito de Aveiro têm sido muitas vezes preteridos pelo poder central, em matéria de acessibilidades, nomeadamente viárias – o que constitui um verdadeiro paradoxo num Distrito que é um dos que mais contribuem para a produção da riqueza nacional.

Considerando que os concelhos que integram o Distrito de Aveiro devem ser capazes de estabelecer, entre si, um sistema estruturante de acessibilidades, como factor de equilíbrio e de maximização do desenvolvimento integrado de toda a Região.

Considerando que as acessibilidades devem constituir uma rede regional rodoviária e ferroviária que funcione com eficácia e corresponda às reais necessidades, evitando a multiplicação de estruturas sem sentido, na perspectiva nacional e de penetração para a Europa.

Considerando que as acessibilidades devem traduzir a vontade das populações, que deve ser ouvida com um espírito de complementaridade e de solidariedade, de acordo com uma cidadania de concelhos em proximidade geográfica.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera:

1. Exigir que seja processado o regresso à proposta de traçado inicial do IC1 dito a ‘Poente’, apoiando o esforço nesse sentido iniciado pelos concelhos de Estarreja e Murtosa.
2. Apoiar firmemente a proposta de uma linha TGV com partida em Aveiro, como factor de viabilização económica do investimento previsto para a criação de corredores multimodais de transporte de pessoas e mercadorias para e da Europa.
3. Constituir uma ‘Comissão de Acompanhamento sobre as Acessibilidades ao Concelho de Aveiro’, por forma a estar permanentemente informada do andamento dos diferentes projectos de acessibilidades em rede estruturante intermunicipal e nacional (viárias, ferroviárias e marítimas) fundamental para o desenvolvimento do concelho de Aveiro e dos concelhos limítrofes.

4. Que desta proposta se dê conhecimento a:

- a) Primeiro-Ministro;
- b) Ministro do Equipamento Social;
- c) Deputados eleitos pelo círculo de Aveiro;
- d) Assembleias Municipais de todos os Concelhos do Distrito de Aveiro;
- e) Grupos Parlamentares da Assembleia da República.»

Seguidamente, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de deliberação, sendo a mesma aprovada por unanimidade e aclamação.

Continuando, o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária do mês de Abril. Eram 24:00 horas do dia 14 de Maio de 2001.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.